CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARAS REUNIDAS DO ENSINO PRIMÁRIO E MÉDIO

PROCESSO N°: 333/69

INTERESSADO: SESI - Departamento Regional de São Paulo.

ASSUNTO : Relatório sobre o ensino primário mantido em 1968 em
Convênio com as empresas.

RELATOR : Conselheiro José Conceição Paixão

P A R E C E R N°62/69 - CREPM

1. A Presidência e a Superintendência do Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria - SESI - em ofício de 2 de maio de 1969 apresentam ao Exmo. Sr. Secretario da Educação, o Relatório V° sobre o ensino primário mantido com várias empresas, durante o ano de 1968, para efeito de renovação da isenção de recolhimento do salário educação e autorização de funcionamento de sua rede de ensino primário fundamental comum.

O referido relatório foi encaminhado a CEPE, onde foi protocolado em 30 de maio de 1969.

Juntamente com a informação 360/69, de 12 de junho de 1969, o relatório foi enviado pela CEPE a este CEE. A assessoria deste CEE pronunciou-se sobre o mesmo, em informação de 5 de setembro de 1969.

2. O Relatório V° do SESI consta de duas partes:

A) Na primeira parte são tratados os seguintes assuntos:

a - condições exigidas para que os serviços de ensino e o sistema de bolsas sejam tidos como satisfatórios;

b - estrutura administrativa do ensino primário mantido pelo SESI;

c - estrutura didática da rede escolar do SESI:

- O currículo é feito em harmonia com as diretrizes do Estado e em todas as unidades há sempre 4 horas diárias de aula;

d - capacitação do pessoal:

- O pessoal do magistério primário da rede escolar do SESI é formado em escolas normais de grau colegial e é selecionado através de concurso.

- Há um serviço permanente de assistência técnico-pedagógica.

Parecer nº 62/69 - CREPM

e - assistência:

- A rede escolar do SESI distribuiu, em 1967:

- cadernos	1.358.180
- lápis	1.284.500
- papel jornal	2.221.000
- livros	146.450
- boletins	117.750

- Neste item há referências à merenda escolar, aos recursos audiovisuais, à revista SESI - ESCOLA e à assistência médica e odontológica.

- Além disso o SESI mantém 1.179 classes de ensino supletivo com 29.767 matrículas.

B) Na segunda parte do relatório encontramos alguns dados estatísticos:

a - exercício de 1968:

- Capacidade da rede	113.825
- Número de classes	2.920
- Matrícula geral	115.064
- Obrigatoriedade	102.396
- Porcentagem de promoção	85,12%

- Os dados gerais do exercício de 1968 estão contidos em 3 pastas que acompanham o relatório:

Pasta nº 1:- distribuição de bolsas na capital

Pasta nº 2:- distribuição de bolsas no interior

Pasta nº 3: trata da compensação e indica os centros educacionais e as escolas reunidas que o SESI mantém a mais do que aquelas custeadas com a arrecadação do salário educação

- Em 1968 a receita geral foi de NCR\$ 12.192.470,80 e a despesa geral foi de NCR\$ 15.009.968,79.

A diferença de NCR\$ 2.817.497,99 relativa ao excesso de despesa sobre a receita representa 23,10% da arrecadação do período de fevereiro de 1968 a janeiro de 1969.

b - Exercício de 1969:

- Quatro pastas anexas ao relatório apresentam os dados referentes ao exercício de 1969

- Pastas de distribuição de bolsas:

Nº 1 - capital

Nº 2 - interior

Parecer nº 62/69 - CREPM

- Pastas de distribuição de escolas:

Nº 3 - capital

Nº 4 - interior

3. Consta ainda do processo a relação de 27 empresas que não renovaram com o SESI o convênio para o exercício de 1966

4. - A CEPE, em cuidadosa informação, faz uma apreciação de todo o relatório do SESI, apresentando para cada empresa:

- O número de bolsas em 1968

- A revisão dos dados

- A diferença atendida a mais ou a menos

- O cálculo para 1969

5. Nota a CEPE que, de acordo com as isenções conferidas às empresas, o SESI estava obrigado a atender 102.396 "bolsas. A revisão dos cálculos, segundo a prestação de contas, acusa para o SESI a obrigação de atendimento de 111.668 bolsas, havendo, pois, um saldo a menos de 9.272 bolsas.

6. A matrícula efetiva foi de 96.584 alunos, o que representa uma diferença a menos de 15.084 alunos em relação à revisão dos cálculos.

Contudo as despesas na manutenção da rede de ensino do SESI ultrapassaram em NCR\$ 2,817.497,99 a receita dos recursos do salário educação. Esses excessos, convertido em número de bolsas corresponderia a 25.887 bolsas, cobrindo, pois, a diferença de 15.084 bolsas apuradas a menos.

7. No Parecer 38/68 - CEPEN que aprovou o relatório IVº do SESI, referente ao ano de 1967 lemos o seguinte:

"Com a finalidade de apreciar com segurança e com justiça o processo referente ao Relatório SESI, esta Câmara de Ensino Primário e Normal realizou algumas reuniões nas quais ficaram assentadas algumas normas que deverão ser seguidas para a aprovação dos relatórios SESI. Estas normas são as seguintes:

a - Quanto à declaração da eficiência do ensino acha esta Câmara que a mesma deve ser apresentada pelos senhores inspetores do ensino primário, para as suas respectivas regiões.

b - Quanto a manutenção de bolsas em lugares distantes da localização das empresas, acha esta Câmara que tal distribuição é justificável somente quando se provar que os filhos dos trabalhadores das empresas estão frequentando escola primária.

c - Quanto às despesas que excedem a receita e que convertidas em bolsas cobririam a diferença para menos, compensando assim as que não foram atendidas, acha esta Câmara que tal medida é de justiça.

Para dar cumprimento aos itens "a" e "b" esta Câmara decidiu que o Exmo. Senhor Chefe do Ensino Primário

Parecer n° 62/69 - CREPM

enviaria um pequeno questionário aos Senhores Inspetores a respeito da qualidade do ensino da rede escolar do SESI. Este questionário deveria conter uma indagação a respeito de falta de vagas para crianças em idade escolar.

Isto permitiria à Câmara julgar, indiretamente, a justiça da distribuição de bolsas em cidades distantes daquelas onde se localizam as empresas."

8. Tal medida não foi cumprida pelo SESI. Em lugar do questionário que deveria ser respondido pelos Srs. Inspetores, consta do processo apenas uma informação do Sr. Presidente da CEPE e datada de 12 de junho de 1969. (fls. 29 - 31)

O item n° 7 dessa informação esta' assim redigido:

"A Comissão de Ensino Primário pelas Empresas instituída no Departamento de Educação, Órgão da administração estadual do ensino a que compete (...); b - apreciar, para fins do disposto no Art. 5°, alínea "a", da lei n° 4.440, de 27 de outubro de 1964, os serviços de ensino primário e os sistemas de bolsas de estudo mantidos pelas empresas e expedir os respectivos certificados de isenção. (Decreto n° 47.432, de 27 de dezembro de 1966)

ATESTA - na impossibilidade de o fazerem, presentemente, as Delegacias do Ensino Elementar Particular e Municipal, criadas para tal fim pela Lei n° 10.318, de 16 de fevereiro de 1968 e autorizadas a se instalarem pelo Decreto n° 51.272, de 14 de janeiro de 1969, em virtude de ainda se encontrarem em fase de organização e instalação de suas sedes de exercício, bem como dos seus respectivos fichários, arquivos e demais assentamentos que lhes cabem em suas áreas de jurisdição, o cumprimento pelo Serviço Social da Indústria (SESI), das determinações do §2° do Art. 9°, do Decreto n° 55.551, de 12 de janeiro de 1965, que disciplina o § único do Art. 5° da Lei n° 4.440, de 27 de outubro de 1964".

9. Cumpre notar que se as Delegacias especialmente oiradas para inspecionar as unidades de ensino municipal e particular não estão ainda em condições de cumprir as normas estabelecidas pela Câmara de Ensino Primário e Normal e adotadas pelas Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio, os senhores Inspetores do Ensino Primário das Delegacias de Ensino Elementar poderiam fazê-lo no caso do SESI, como o fazem no caso de todas as empresas que mantêm convênio com escolas particulares, conforme se verifica em todos os processos encaminhados pela CEPE a este Conselho.

CONCLUSÃO:

Em vista do que foi exposto e aceitando a declaração do Sr. Presidente da CEPE sobre a impossibilidade de as Delegacias do Ensino Elementar Particular e Municipal darem cumprimento as normas estabelecidas pela Câmara de Ensino Primário e Normal, opinamos:

Parecer nº 62/69 - CREPM

- a - que o Relatório Vº do SESI (1968) poderá ser aprovado por este CEE, estando o SESI em condições de renovar os convênios para o ano de 1969.
- b - que seja anexada a este parecer copia da informação do Sr. Presidente da CEPE sobre o cumprimento do decreto nº 55.551 de 12 de janeiro de 1965 que disciplina o § único do Art. 5º da lei nº 4.440.

E este o nosso parecer salvo melhor juízo.

São Paulo, 13 de dezembro de 1969.

a) Conselheiro JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO
Relator

Aprovado, pela maioria, na sessão das Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio, realizada em 15 de dezembro de 1969.

Votaram com o Relator os conselheiros Antônio de Carvalho Aguiar, Alpínolo Lopes Casali, Erasmo de Freitas Nuzzi. Com restrições os conselheiros José Mário Pires Azanha e Therezinha Fram. Foi vencido o conselheiro Nelson Cunha Azevedo.

a) Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI
Presidente das CREPM